



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLANG
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



LEI MUNICIPAL Nº 2.142/2010, DE 17 DE MAIO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado, para atender necessidade de excepcional interesse público, para a execução do Programa ProJovem Adolescente e do Programa ProJovem Trabalhador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei, nos termos do inciso IX do artigo 37 da constituição Federal, combinado com o inciso VIII do artigo 221 da Lei Municipal nº 333/2000, de 19 de abril de 2000, autoriza a contratação de pessoal por prazo determinado, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SDS, para atender a necessidade de excepcional interesse público na implementação e execução do Programa Federal ProJovem Adolescente, regido pela Portaria nº 171, de 26 de maio de 2009, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem assim, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia, Trabalho e Turismo – SEDETUR, para atender a necessidade de excepcional interesse público na implementação e execução do Programa Federal ProJovem Trabalhador, regido pela Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 2º A contratação autorizada pelo artigo antecedente será precedida de seleção pública específica para esse fim, através de processos seletivos simplificados, devendo a referida contratação ser acompanhada por servidores efetivos respectivamente credenciados por cada uma das Secretarias.

Parágrafo único. Na hipótese de não preenchimento todas as vagas ofertadas por comprovada falta de candidatos, poderá ser contratado pessoal para complementar as vagas disponibilizadas, nas mesmas condições dos demais candidatos selecionados, devendo essa contratação ser precedida de análise da capacidade profissional, comprovada mediante avaliação do curriculum vitae e entrevista do candidato, cujos procedimentos ficarão a cargo de Comissão a ser constituída por membros de ambas as Secretarias, e de Comissão Estratégica dos Programas.

Art. 3º A contratação temporária de que trata esta Lei será formalizada mediante contrato administrativo a ser firmado entre a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLANG, esta representada pelo Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, e o contratado.

Centro Administrativo Leopoldo Petry – Rua Guia Lopes, nº 4201, Bairro Canudos – 93410-340
Novo Hamburgo - RS - Telefone (51) 3594.9999
www.novohamburgo.rs.gov.br

"Contribua com o Fundo Municipal da Criança e Adolescente" "Doe Sangue, Doe Órgãos, Doe Medula Óssea, SALVE UMA VIDA"



- § 1º O prazo máximo das contratações por tempo determinado será de até 01 (um) ano, admitida a prorrogação do contrato por igual período de até mais 01 (um) ano.
- § 2º O pessoal contratado nos termos desta Lei fica restrito ao exercício das respectivas atribuições, consoante elencadas nos Anexo II e Anexo III da presente Lei.
- § 3º **VETADO.**

Art. 4º Os contratos terão natureza jurídica administrativa, não gerando qualquer vínculo permanente, estabilidade, efetividade ou de emprego, e tampouco quaisquer direitos e vantagens elencadas legislação estatutária municipal ou pela legislação celetista.

Art. 5º As contratações observarão contrato-padrão estabelecido pela Administração, do qual constarão, além das demais cláusulas:

- I - a fundamentação legal;
- II - o prazo de início e término do contrato;
- III - a função e correspondentes atribuições a serem desempenhadas;
- IV - a remuneração;
- V - a carga horária e turnos;
- VI - a dotação orçamentária;
- VII - a habilitação exigida para a função;
- VIII - a expressa declaração de pleno conhecimento e aceitação de todas as normas disciplinares estabelecidas em lei e regulamentos, pelo contratado.

Art. 6º Somente poderão ser contratados os candidatos que comprovarem os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro que preencha os requisitos estabelecidos em lei, assim como estrangeiro, na forma da lei;
- II - ter completado 18 (dezoito) anos de idade;
- III - estar em gozo dos direitos políticos;
- IV - estar quites com as obrigações eleitorais, e militares, quando homem;
- V - ter boa conduta;
- VI - gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de deficiência física incompatível com o exercício da função;
- VII - possuir habilitação profissional exigida para o exercício da função, quando for o caso;
- VIII - atender às condições especiais, prescritas em lei ou regulamento, para determinadas funções.



Parágrafo único. O contratado assumirá o desempenho de suas funções no prazo convencionado no contrato, apresentando na oportunidade comprovação de suas condições físicas e mentais aptas ao cumprimento das atribuições cometidas, consubstanciado em laudo de capacidade e sanidade exarado em inspeção médica realizada pela Administração, a qual suportará os custos despendidos para a realização da inspeção.

Art. 7º Os contratados estarão sujeitos aos mesmos deveres e proibições regulamentares vigentes para os demais servidores públicos municipais, no que couber.

Art. 8º Os contratados serão inscritos como contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, mediante as contribuições e custeio que lhes são afetos, em consonância com o estabelecido na legislação federal pertinente, sem qualquer vínculo estatutário ou celetista, com custeio, também, pela Administração, da correspondente parcela patronal, na forma da legislação previdenciária federal.

§ 1º O contratado fará jus a auxílio-transporte, pela utilização efetiva em despesas com deslocamentos da residência para o trabalho e do trabalho a residência, exclusivamente através do sistema de transporte coletivo público municipal de Novo Hamburgo, excluídos os serviços de transporte intermunicipal, seletivos e os especiais.

§ 2º O valor mensal do auxílio-transporte será equivalente à parcela que exceder a seis por cento da remuneração percebida pelo contratado, mesmo que o mesmo venha a efetivamente despendar montante superior com o seu deslocamento.

§ 3º O auxílio-transporte fica submetido ao regime do vale-transporte instituído pela Lei Federal nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, naquilo de couber, ficando sua concessão condicionada ao implemento das condições, pressupostos e limites definidos pelas disposições acima.

Art. 9º Aplica-se aos contratados, no que couber, o disposto nos incisos VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XXII, XXIII e XXX, todos do artigo 7º da Constituição Federal.

§ 1º Após cada período de 12 (doze) meses de efetivo serviço, o contratado terá direito a férias, sem prejuízo de sua remuneração observados os seguintes critérios:

I - férias de 30 (trinta) dias, para o contratado que não contar com faltas injustificadas no serviço, durante o respectivo período aquisitivo;

II - férias de 25 (vinte e cinco) dias, para o contratado que não contar com mais de 01 (uma) falta injustificada no serviço, durante o respectivo período aquisitivo;

III - férias de 20 (vinte) dias, para o contratado que não contar com mais de 03 (três) faltas injustificadas no serviço, durante o respectivo período aquisitivo;



IV - férias de 15 (quinze) dias, para o contratado que não contar com mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no serviço, durante o respectivo período aquisitivo.

- § 2º Não fará jus a férias o contratado que faltar injustificadamente ao serviço por mais de 05 (cinco) dias, no respectivo período aquisitivo.
- § 3º É vedado descontar, no período de férias, as faltas do contratado ao serviço.
- § 4º Não terá direito a férias o contratado que, no curso do período aquisitivo, tiver gozado de licenças para tratamento de saúde, por acidente em serviço ou enfermidade profissional, por mais de 30 (trinta) dias.
- § 5º As férias serão obrigatoriamente concedidas nos 12 (doze) meses subsequentes ao decurso do período aquisitivo, e o respectivo período de gozo será único e ininterrupto.
- § 6º Por motivo de calamidade pública, comoção interna ou superior interesse público, a Administração poderá interromper o gozo de férias.
- § 7º A pedido escrito do contratado, e havendo interesse do serviço, a concessão das férias poderá subdividir-se em 02 (dois) períodos de no mínimo 10 (dez) dias.
- § 8º A concessão das férias, com indicação do respectivo período de gozo, será participado ao contratado, por escrito e com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante protocolo de recebimento.
- § 9º Cabe à SDS e à SEDETUR, respectivamente, fixar, a seu exclusivo critério e no interesse do serviço, o período de gozo das férias a que fizer jus o contratado, observando a rotatividade anual da escala.
- § 10. O contratado perceberá durante as férias a remuneração integral a que fizer jus, acrescida de um terço.
- § 11. A remuneração a que fizer jus o contratado lhe será paga dentro dos 05 (cinco) dias anteriores ao início do respectivo gozo de férias, se dentro do mesmo exercício, vedada qualquer outra antecipação.
- § 12. O contratado demitido perceberá a remuneração das férias, acrescida de um terço, quando devida, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício no período aquisitivo, calculada até o mês de demissão.
- § 13. A critério da Administração poderá haver a conversão de até um terço do período total de férias a que fizer jus o contratado, em pagamento em pecúnia, ressalvadas aquelas hipóteses em que o mesmo não tenha adquirido o direito a gozo.

Art. 10. A gratificação natalina a que fizer jus o contratado, corresponderá à décima-terceira remuneração anual, objetiva atender ao mandamento constitucional pertinente ao décimo-terceiro salário, e terá como base a remuneração a que o contratado tiver direito no mês de dezembro do ano respectivo, a razão de um doze avos para cada mês de efetivo exercício no mesmo ano.



- § 1º Considerar-se-á como mês integral, para todos os efeitos, o período de efetividade igual ou superior a 15 (quinze) dias.
- § 2º A gratificação natalina será paga, observadas as condições acima enunciadas, até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.
- § 3º Até o mês de novembro de cada ano poderá ser pago, como adiantamento, seis doze (6/12) avos da décima-remuneração, desde que expressamente solicitado por escrito pelo contratado, até o último dia útil do mês de julho do correspondente ano, ou de ofício pela Administração.
- § 4º Aos contratados admitidos no decorrer do ano será paga gratificação natalina proporcional aos meses de efetivo exercício.
- § 5º O contratado demitido perceberá sua gratificação natalina, quando devida, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício no ano, calculada até o mês da demissão.
- § 6º A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer outra vantagem pecuniária.

Art. 11. Dar-se-á a rescisão antecipada ou unilateral do contrato:

- I - a pedido do contratado;
- II - por conveniência da Administração, a juízo da autoridade contratante;
- III - quando o contratado incorrer em qualquer falta disciplinar ou regulamentar.

- § 1º Na hipótese do inciso II acima, o contratado terá direito ao pagamento de indenização correspondente ao valor da última remuneração mensal.
- § 2º Nas hipóteses dos incisos I e III supra, exceção da remuneração mensal proporcional aos dias trabalhados dentro do mês, nenhuma outra paga será concedida ao contratado, a qualquer título ou forma, tornando-se inexigível qualquer parcela ou indenização.

Art. 12. É vedado atribuir ao contratado encargos ou serviços diversos daqueles constantes do contrato, bem como designações especiais, nomeações acumuladas para Cargos em Comissão, funções de confiança, licenças, afastamentos ou concessões, gratificações ou adicionais, ou quaisquer outras vantagens privativas de servidores investidos no Serviço Público Municipal.

Art. 13. É vedada a contratação, nos termos desta Lei, de servidores ou empregados que mantenham vínculo com a Administração Pública Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como empregados ou servidores de suas autarquias, fundações públicas, e/ou respectivas empresas estatais, sob pena de nulidade do contrato e apuração da responsabilidade administrativa do contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto à devolução de valores pagos ao contratado, se por culpa deste.



Parágrafo único. A proibição prevista neste artigo não se aplica àqueles casos em que o contratado ocupe cargo, emprego ou função de natureza técnica ou científica ou de professor, e comprove a compatibilidade de horários com o cargo acumulável.

Art. 14. A autorização para contratação por tempo determinado de pessoal alcança, exclusivamente, as funções e vagas elencadas pelos Anexo II e Anexo III da presente Lei.


Art. 15. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias.

§ 1º Para suportar as despesas previstas nesta Lei com o Programa ProJovem Adolescente, fica o Executivo Municipal autorizado a utilizar dotações orçamentárias próprias, previstas na Lei Municipal n.º 2.096/2009, de 24 de dezembro de 2009, mediante decreto executivo para abertura de crédito adicional especial e/ou suplementar, no montante de até R\$ 416.256,00 (quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e cinquenta e seis reais), conforme preconizado pelo Anexo I desta Lei.

§ 2º Para suportar as despesas previstas nesta Lei com o Programa ProJovem Trabalhador, serão alocadas as dotações autorizada pelo art. 1º da Lei Municipal nº 2.119, de 31 de março de 2010.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos 17 (dezesete) dias do mês de maio do ano de 2010.


TARCÍSIO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.


ROQUE WERLANG

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS FINANCEIROS

PROGRAMA PRO JOVEM ADOLESCENTE



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLANG
NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

A) Pessoal (RECURSO VINCULADO)

Qtd	Cargo	Escolaridade	Carga semanal	horária	Remuneração (unitário/mês)	Total (mês)	Total meses
10	Orientador social	Ensino superior completo (ou cursando) na área das "Ciências Humanas"	30 HS		1.300,00	13.000,00	156.000,00

B) Encargos sociais (RECURSO LIVRE)

Qtd	Discriminação do item	Valor (unitário)	Total mês	Total meses 12
10	Diferença de vale transporte (orientador social)	18,80	188,00	2.256,00
10	Encargos sociais (orientador social) patronal (38%) INSS, FÉRIAS, 13º salário	494,00	4.940,00	59.280,00
06	Contratação de profissional com formação superior em Serviço Social com encargos sociais patronal	2.760,00	16.560,00	198.720,00
Total			21.688,00	260.256,00

Cronograma de desembolso financeiro/dotação

Item orçamentário		Ano
Recurso União	1.01.02.17.05.00.008.243.0017.2.298.02456.0000 - outras contratações por tempo determinado - elemento de despesa 3.3.3.9.0.04.99	156.000,00
Recurso Municipal	1.01.02.17.05.00.008.243.0017.2.299.02452.0000 - obrigações patronais - elemento de despesa 3.3.3.9.0.04.15	260.256,00
Total Geral (recurso vinculado + recurso municipal)		416.256,00

NOVO HAMBURGO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA





PROGRAMA PROJOVEM TRABALHADOR

Qtd	Cargo	Escolaridade	Carga semanal	horária	Remuneração c/encargos sociais (unitário/mês) R\$	Total (mês) R\$	Totais R\$
01	Coordenador pedagógico	Ensino superior completo (ou cursando) na área das "Ciências Humanas"	40 HS		3.300,00	3.300,00	10 meses 33.000,00
01	Coordenador de Inserção	Ensino superior completo (ou cursando) na área das "Ciências Humanas"	40 HS		4.000,00	4.000,00	08 meses 32.000,00
01	Coordenador de Monitoramento	Ensino superior completo (ou cursando) na área das "Ciências Humanas"	40 HS		2.746,88	2.746,88	08 meses 21.975,04
01	Assistente Pedagógico	Ensino médio completo	40 HS		1.800,00	1.800,00	14.400,00
01	Assistente de Inserção	Ensino médio completo	40 HS		1.800,00	1.800,00	14.400,00
01	Assistente de Monitoramento	Ensino médio completo	40 HS		1.800,00	1.800,00	14.400,00
						Total Geral	130.175,04

Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLANG
NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO





ANEXO II – ATRIBUIÇÕES PROJovem ADOLESCENTE

Atribuições do Orientador Social

Responsável pelo acompanhamento sistemático do coletivo de até 25 adolescentes; Mediação dos processos grupais de serviços socioeducativos, Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do serviço socioeducativo, juntamente com a equipe de trabalho responsável pela execução do serviço socioeducativo; Atuação como referência para os adolescentes e para os demais profissionais que desenvolvem atividades com o coletivo sob sua responsabilidade, Registro da frequência dos jovens, registro das ações desenvolvidas e encaminhamento mensal das informações para o profissional de referência do CRAS; Organização e facilitação de situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas transversais e conteúdos programáticos do Projovem Adolescente; Desenvolvimento de oficinas esportivas e de lazer; Desenvolvimento de oficinas culturais; Acompanhamento de Projetos de Orientação Profissional de jovens; Mediação dos processos coletivos de elaboração, execução e avaliação de Plano de Atuação Social e de Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social; Identificação e encaminhamento de famílias para o CRAS; Participação de atividades de capacitação da equipe de trabalho; Outras atividades relacionadas ao desempenho da ocupação.

Atribuições do Assistente Social

Conforme ART. 4º da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, constituem competências do Assistente Social:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.



ANEXO III – ATRIBUIÇÕES PROJOVEM TRABALHADOR

Coordenador pedagógico: 40 horas semanais – formação superior e experiência na área - desempenhar as funções inerentes ao cargo, respondendo, supervisionando e fiscalizando a correta aplicação da proposta pedagógica estabelecida pelo MTE, visando a qualificação sócio-profissional de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental ou médio e estejam desempregados, com o objetivo de inserção no mercado de trabalho através do vínculo empregatício ou outras atividades produtivas legais geradoras de renda.

Coordenador de Inserção: 40 h semanais – formação superior com conhecimento e experiência em formas alternativas legais de geração de renda - realizar a coordenação geral do projeto até a finalização do período previsto para inserção, buscar parcerias, reuniões, visitas, campanhas de sensibilização das atividades e propostas do programa junto às empresas visando a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Buscar elementos que incentivem a implementação de formas alternativas de atividade produtivas legais de inserção e geração de renda. Estabelecer mecanismos de monitoramento de desempenho dos jovens inseridos, assim como instrumentos de contribuição e avaliação dos empregadores no processo de inserção.

Coordenador de Monitoramento: 40 h semanais - planejar, avaliar e monitorar as ações desenvolvidas no projeto segundo as instruções do instrumental disponibilizado pela coordenação nacional do projeto/MTE, constando os desafios e alternativas encontradas para a eficácia do programa; zelar pelo cumprimento na confecção dos relatórios mensais de execução e afins e seu envio a Coordenação Nacional até a inserção no mundo do trabalho.

Assistente Pedagógico: 40 h semanais - assessorar, acompanhar, atender e dar suporte ao coordenador da área, bem como auxiliar sempre que necessário às demandas para o pleno êxito do programa.

Assistente de Inserção: 40 h semanais - assessorar, acompanhar, atender e dar suporte ao coordenador da área, bem como auxiliar sempre que necessário às demandas para o pleno êxito do programa.

Assistente de Monitoramento: 40 h semanais - assessorar, acompanhar, atender e dar suporte ao coordenador da área, bem como auxiliar sempre que necessário às demandas para o pleno êxito do programa.